

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.795.937 - PR (2019/0032475-0)**

**RELATOR** : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO  
**RECORRENTE** : OI S.A  
**ADVOGADOS** : BRUNO DI MARINO - RJ093384  
BERNARDO GUEDES RAMINA - PR041442  
FERNANDA CARVALHO DE MIERES - RJ145184  
**RECORRIDO** : JOAO ALVES MACIEL  
**RECORRIDO** : ADEMIR ANTONIO DE LIMA  
**RECORRIDO** : ROSANE CRISTINA MAGALHAES  
**ADVOGADOS** : ADEMIR ANTONIO DE LIMA (EM CAUSA PRÓPRIA) -  
PR033022  
ROSANE CRISTINA MAGALHÃES (EM CAUSA PRÓPRIA)  
- PR051386

**EMENTA**

*RECURSO ESPECIAL. DIREITO EMPRESARIAL E  
PROCESSUAL CIVIL. CPC/2015. AÇÃO DE  
COMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES. PEDIDO DE EXIBIÇÃO  
INCIDENTAL DE DOCUMENTOS. PAGAMENTO DO CUSTO  
DO SERVIÇO. COMPROVAÇÃO. NECESSIDADE. SÚMULA  
389/STJ. APLICAÇÃO POR ANALOGIA. JULGADOS DESTA  
CORTE SUPERIOR.  
RECURSO ESPECIAL PROVIDO.*

**DECISÃO**

Vistos etc.

Trata-se de recurso especial interposto por OI S.A. em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado:

*APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE ADIMPLEMENTO  
CONTRATUAL - APELAÇÃO CÍVEL INTERPOSTA PELA  
BRASIL TELECOM S/A AGRAVO RETIDO - FALTA DE  
INTERESSE DE AGIR AFASTADA - IMPOSSIBILIDADE DE  
INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA E AUSÊNCIA DE  
COMPROVAÇÃO DE FATO CONSTITUTIVO - NÃO  
ACOLHIMENTO - DOCUMENTOS JUNTADOS AOS AUTOS  
QUE DÃO INDÍCIOS DO DIREITO BUSCADO PELO AUTOR  
- AGRAVO RETIDO DESPROVIDO RECURSO DE  
APELAÇÃO - PRELIMINARES - INÉPCIA DA PETIÇÃO  
INICIAL AFASTADA - ILEGITIMIDADE PASSIVA NÃO  
ACOLHIDA - REQUERIDA SUCESSORA DA TELEBRÁS -  
MÉRITO - LEGALIDADE DA EMISSÃO DAS AÇÕES - NÃO*

*ACOLHIMENTO - EMPRESA QUE NÃO COMPROVA A OBSERVÂNCIA DA FORMA EXIGIDA PELA SÚMULA 371/STJ - PRESCRIÇÃO DOS PEDIDOS SUBSIDIÁRIOS - INOCORRÊNCIA - PEDIDOS ACESSÓRIOS DA OBRIGAÇÃO PRINCIPAL - PRAZO QUE PASSA A FLUIR A PARTIR DA DECISÃO QUE RECONHECE O DIREITO DO AUTOR ÀS AÇÕES - CRITÉRIO DE CONVERSÃO DAS AÇÕES EM PERDAS E DANOS - RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA (RESP. 1.301.989/RS) - COTAÇÃO DAS AÇÕES DA DATA DO TRÂNSITO EM JULGADO - TERMO INICIAL DOS JUROS DE MORA - CITAÇÃO - GRUPAMENTO DE AÇÕES QUE, EM RAZÃO DO CRITÉRIO INDENIZATÓRIO ADOTADO, DEVE SER LEVADO EM CONTA QUANDO DOS CÁLCULOS - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. (fl. 622)*

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Em suas razões, alega a parte recorrente violação do art. 100, § 1º, da Lei 6.404/1976, arts. 373, inciso I, 402, e 485, inciso VI, do Código Civil, sob os argumentos de: (a) falta de interesse de agir; (b) prescrição vintenária; e (c) legitimidade passiva da TELEBRAS.

Contrarrazões não apresentadas.

É o relatório.

Passo a decidir.

O recurso especial merece ser provido.

Nos termos da Súmula 389/STJ, a comprovação do pagamento do custo do serviço é requisito de procedibilidade da ação de exibição de documentos.

Relembre-se, a propósito, o teor da referida súmula:

**Súmula 389/STJ** - *A comprovação do pagamento do “custo do serviço” referente ao fornecimento de certidão de assentamentos constantes dos livros da companhia é requisito de procedibilidade da ação de exibição de documentos ajuizada em face da sociedade anônima.*

Embora essa súmula diga respeito às exibições autônomas de documentos, a jurisprudência desta Corte Superior orientou-se no sentido de

que esse entendimento sumular também é aplicável às exhibições incidentais.

Nesse sentido, mencionem-se os seguintes julgados:

**AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO ORDINÁRIA DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL. PEDIDO INCIDENTAL DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. SÚMULA 389/STJ. APLICAÇÃO. NÃO PROVIMENTO.**

*1. Nos termos da jurisprudência desta Corte, aplicáveis os termos e exigências da Súmula 389/STJ às ações ordinárias de adimplemento contratual com pedido incidental de exibição de documentos.*

*2. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no REsp 1534368/DF, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 18/10/2018, DJe 23/10/2018)*

**AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE ADIMPLEMENTO CONTRATUAL. PEDIDO INCIDENTAL DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA COM CLÁUSULA DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. CUSTO DO SERVIÇO. AUSÊNCIA DE PAGAMENTO. FALTA DE INTERESSE DE AGIR. SÚMULA Nº 389/STJ.**

*1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).*

*2. É firme a jurisprudência de ambas as Turmas integrantes da Segunda Seção no sentido de que a Súmula nº 389/STJ é aplicável aos pedidos de exibição incidental dos chamados contratos de prestação de telefonia com cláusula de participação financeira.*

*3. O deferimento do benefício da justiça gratuita não possui efeito retroativo. 4. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1271960/DF, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 07/08/2018, DJe 14/08/2018)*

No caso dos autos, a parte autora da demanda não comprovou requerimento na via administrativa (carta comercial sem AR nada comprova), tampouco comprovou o prévio recolhimento do custo do serviço.

Apesar disso, o Tribunal de origem deixou de aplicar a Súmula 389/STJ ao caso, com base no seguinte fundamento:

*Embora já tenha me manifestado em sentido contrário, revejo meu prévio posicionamento para o fim de considerar que, em demandas que contenham pedido incidental de exibição de documentos, inviável é a aplicação do entendimento preconizado pela Súmula 389/STJ.*

*E assim porque, diversamente do que se passa na cautelar de exibição de documentos, de cunho satisfativo e tendente à apresentação de documentos de natureza societária, pura e simplesmente, diversa é a pretensão aduzida nos casos de exibição incidental. Nestas, busca-se o acesso à prova apta a fundamentar pretensão já apresentada em demanda indenizatória, consistindo o pedido exibirório o único meio adequado à comprovação dos fatos narrados na inicial.*

*Em julgado análogo já se pronunciou o Tribunal com fundamento semelhante:*

*Todavia, em análise a Súmula 389 do STJ, (...), nota-se que a obrigatoriedade de pagamento de taxa de serviço, seria requisito essencial apenas nas ações de exibições de documentos, e, portanto, não se aplica ao caso em questão, uma vez que aqui, a apresentação dos documentos solicitados, ao contrário da ação de exibição de documentos, faz parte das provas relativas ao pedido principal formulado pela autora, não havendo necessidade de pedido de exibição de documentos na via administrativa.*

*(TJPR - 6ª C.Cível - AC 886428-2 - Santa Izabel do Ivaí - Rel.: Alexandre Barbosa Fabiani - Unânime - J. 11.09.2012).*

*Por consequência, nesses casos há a presença do binômio utilidade/necessidade (o pedido é, ao mesmo tempo, benéfico ao requerente e indispensável à comprovação da tese já arguida na demanda principal), pelo que coerente seu deferimento.*

*Reputa-se, por consequência, que embora exigível o pedido administrativo e o pagamento da taxa para fins de exibição de documento previsto no procedimento cautelar, sob pena de carência de ação em razão da desnecessidade do ajuizamento da ação, o pedido incidental apresenta peculiaridade diversa, por ser indispensável à solução de lide já instaurada.*

*Destarte, afastada a preliminar de carência de interesse de agir.*

Esse entendimento do Tribunal de origem está em dissonância com a

jurisprudência desta Corte Superior, da qual são exemplos os julgados acima aludidos, sendo de rigor, portanto, o provimento do recurso especial.

Observe-se que, em se tratando de exibição incidental, a prova da subscrição de ações a menor é fato constitutivo do direito, conduzindo à improcedência do pedido.

Destarte, o recuso especial merece ser provido.

**Ante o exposto, com base no art. 932, inciso V, do CPC/2015, DOU PROVIMENTO ao recurso especial para, reformando o acórdão recorrido, julgar improcedentes os pedidos.**

Custas e honorários advocatícios pela parte autora da demanda, ora recorrida, estes arbitrados em R\$ 1.000,00 (mil reais), suspensa a exigibilidade em função do benefício da gratuidade da justiça.

Intimem-se.

Brasília (DF), 20 de fevereiro de 2019.

**MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**Relator**